DOI: 10.5752/P.2237-8871.2020v20n32p110-130

Moniz Freire, 100 anos de “imortalidade”: história, historiografia, política e imaginário

Moniz Freire, 100 years of "immortality": history, historiography, politics and imaginary

Leandro do Carmo Quintão[1]

Resumo

O presente artigo tem por objetivo, utilizando-se de revisão bibliográfica, analisar o legado do ex-governador do Estado do Espírito Santo, José de Melo Carvalho Moniz Freire (1892-1896), na política capixaba a partir de dois aspectos: o direcionamento econômico do Espírito Santo, voltado para a formação de um corredor de exportações; e a reprodução do sentimento de vitimização do estado enquanto unidade federativa preterida pelo governo federal. Conclui-se que os atuais governantes mantêm a imortalidade desse personagem histórico por meio da reprodução de seus discursos.

Palavras-chave: Espírito Santo; História; Historiografia; Imaginário.

Abstract

This paper aims to analyze, using literature review, José de Melo Carvalho Moniz Freire’s legacy as governor in *Espírito Santo* (1892-1896) based on two political aspects: the economic orientation in order to criate an export corridor in *Espírito Santo*; and the reproduction of the feeling of victimization of the state as part of a Federation Unit being despised by the Federal Government. We can conclude that our present-day governors maintain this historical person’s immortality through the reproduction of his speeches.

Keywords: Espírito Santo; History; Historiography; Imaginary.

[1] Mestre e Doutor em História Social das Relações Políticas pela UFES. E-mail leandroquintao83@yahoo.com.br

Recebido em 18 de maio de 2019. Aprovado em 26 de novembro de 2019

Introdução

Em 3 de abril de 2018, comemoramos o centenário da morte de José de Melo Carvalho Moniz Freire, conhecido popularmente no Espírito Santo pelos dois últimos sobrenomes, os quais, adaptados à nova linguagem, transformaram-se em "Muniz Freire".[2]

Para a maioria dos espírito-santenses, sem dúvida, esse nome remete apenas a uma pequena cidade que dista 173 km da capital do estado, Vitória. Por outro lado, alguns mais instruídos já ouviram falar de um governante que se chamava Muniz Freire, e acreditam que a utilização de seu nome serviu para batizar o local onde pensam ter nascido. Vale ressaltar que essas percepções foram por nós adquiridas mediante conversas informais com o público, sem qualquer tipo de pesquisa sistemática.

Voltando propriamente ao personagem em questão, apresentamos esse presente artigo objetivando realizar uma reflexão sobre a suposta "imortalidade" de Moniz Freire no cenário político e econômico do Espírito Santo, cem anos depois de seu falecimento. Tal imortalidade não tem relação com qualquer proposição de glorificar o personagem, embora ele tenha sido objeto de veneração por políticos e estudiosos. Em certos momentos, aliás, trata-se exatamente do contrário, isto é, identificar o legado e as permanências de suas ideias – ou das que mais veementemente defendeu – no modelo econômico e nas práticas políticas do Espírito Santo que avança para o segundo quartel do século XXI.

Para tal fim, dividimos o artigo em três partes: uma pequena apresentação do personagem em questão, sua presença na historiografia regional, seu legado no campo da política e da economia atuais e, por fim, no imaginário social de políticos, jornais e de estudiosos.

Quem foi Moniz Freire?

O ato de explicar quem foi o personagem em questão pode ser encarado como uma tarefa paradoxal, na medida em que, por um lado, apresenta características simples, e, por outro, suscita complexos desafios interpretativos. O primeiro aspecto diz respeito

[2] Preferimos adotar a grafia original, "Moniz Freire". Assim procedemos em nossos estudos de mestrado e de doutorado.

ao domínio público, às informações que continuamente vêm sendo compartilhadas e reproduzidas por jornalistas, intelectuais, escritores, empresários, autoridades políticas, enfim, por uma gama de personalidades que, de algum modo, buscam conhecer a história do Espírito Santo. Também há aquelas informações tidas como oficiais, que marcam a trajetória política desse ator histórico.

Assim sendo, vejamos quais são elas. Comecemos pela trajetória política: Moniz Freire ocupou praticamente todos os cargos eletivos possíveis para um político de região politicamente periférica, caso do seu estado natal. Ele foi vereador, deputado estadual, deputado federal, governador (dois mandatos) e senador. Além disso, exerceu o cargo de prefeito da capital à época em que tal função era regularmente exercida pelo presidente da Câmara Municipal. Tal função ocupou na década de 1880. Em resumo, chegou ao "ápice" da carreira, se levarmos em consideração que, na Primeira República, nenhum membro da elite política capixaba ocupou qualquer ministério (SUETH, 2006, p.74). Isso sem falar em cargos ainda maiores.

Logo, trata-se de uma das mais completas – e complexas – trajetórias políticas entre os personagens do Espírito Santo na Primeira República. Vale ressaltar que poucos governadores do estado – à época, chamados de "presidentes" – alcançaram similar amplitude. Somente a alta cúpula da família Monteiro – os irmãos Jerônimo e Bernardino, e o cunhado, Florentino Avidos. Não por acaso, Jerônimo, Florentino e Moniz Freire são considerados os três governantes mais importantes da Primeira República por diversos estudiosos.[3]

Por sua vez, o segundo ponto nos leva a mergulhar na historiografia acerca desse personagem histórico. Estudar Moniz Freire não tem sido – e não é – uma tarefa simplória por algumas razões, entre elas sua rica trajetória política. Além dela, vale ressaltar a necessidade de se adentrar ao contexto histórico da Primeira República, o qual já vem sendo continuamente reinterpretado à luz de novos estudos, o que não se encerra no que já está posto. Como bem assinalou Angela Gomes e Martha Abreu (2009, p. 1),

> é possível defender e postular uma necessária e urgente revisão historiográfica do período, ou seja, sua retomada deforma inteiramente

[3] Os autores que melhor traduzem essa visão ao longo de suas obras são João Gualberto Vasconcellos e Ricardo Pandolfi (2004); Buffon (2005); Hegina Hees e Sebastião Franco (2012); e Jadir Rostoldo (2014).

> diversa, assinalando-se sua importância e riqueza para o debate de ideias e a experimentação de ações políticas e culturais no Brasil.

É na confluência entre a busca por novas leituras sobre a Primeira República, em especial nas regiões tidas como periféricas no campo político e econômico nacional, e a relevante produção historiográfica sobre o Espírito Santo que adequamos os trabalhos acadêmicos e as produções bibliográficas referentes a Moniz Freire. Realizando uma revisão bibliográfica sobre o assunto, Marieta Ferreira e Surama Pinto (2017, *passim*) reforçam essa assertiva, chamando a atenção para as novas interpretações acerca das complexidades do pacto oligárquico, sem perder de vista a atuação tanto das oligarquias dominantes quanto daqueles cujo protagonismo político foi mínimo no cenário nacional.

Além da própria complexidade que é estudar o sistema oligárquico na Primeira República, reiteramos o papel relevante – e também complexo – desempenhado por Moniz Freire nesse contexto político. Líder máximo de uma oligarquia que dominou o Espírito Santo por uma década e meia, seu papel começa a ser desvendado pelas recentes obras produzidas tanto em forma de livro, quanto em forma de trabalho acadêmico, em maior quantidade.[4]

Afora trabalhos específicos sobre ele, esse personagem aparece em quase todas as obras que tratam de política e economia no Espírito Santo do século XX. Como dissemos anteriormente, ele se encontra entre os principais governantes do Espírito Santo, mormente na Primeira República, e é caracterizado por vislumbrar um progresso econômico para seu estado, a partir do incremento da produção, da população, dos transportes (especialmente a ligação com a hinterlândia mineira) e da centralização econômica na capital, no que se refere aos comércios importador e exportador.[5]

Evidentemente, ainda há espaço para distintas hipóteses e temas que o tangenciem, embora não se possa perder de vista as contribuições relevantes já existentes. Acerca disso, observando o que já foi produzido, evidenciamos três vertentes interpretativas significativamente marcantes.

A primeira retrata o relevante papel histórico representado por Moniz Freire, forjando representações de um personagem visionário, acima de tudo bem intencionado, que teria moldado positivamente o Espírito Santo republicano. Essa visão tem como

[4] Sobre isso, há os estudos de Carlos de Campos Júnior (1996); José Cândido Sueth (2006, 2016); Diones Ribeiro (2008); Estilaque dos Santos (2012); Leandro Quintão (2016); Karulliny Siqueira (2016).

[5] Entre os diversos autores que especificamente se debruçaram sobre estudar seu plano e governo, temos: Maria da Penha Siqueira (1995); Carlos de Campos Júnior (1996); Gabriel Bittencourt (2006); José Cândido Sueth (2006); Ribeiro (2008); Leandro Quintão (2016); Estilaque dos Santos (2012).

marco inicial a primeira biografia escrita sobre o personagem, por Marcelo Basilio (1961), publicada justamente no seu centenário de nascimento. Autores bem mais qualificados em suas respectivas obras, em recentes publicações, também se apropriaram de visões positivas, de forma idílica se comparada a Basilio. A exemplo, os estudos de Diones Ribeiro (2008) e José Cândido Sueth (2016) interpretam um Moniz Freire compenetrado em um estoico esforço de transformar o estado que governa em uma primeira grandeza na federação brasileira, levando-o a transitar entre "sonhos e mágoas". A recente bibliografia publicada pelo historiador Estilaque dos Santos (2012) completa esse conjunto.

A segunda vertente se refere a Moniz Freire de forma mais distanciada, na medida em que analisa as características que marcam sua liderança,er4 bem como seu *modus operandi* no contexto político capixaba. Sob esse prisma, três trabalhos podem ser lembrados: o de Clarkson Diniz (2016)[6], o de Leandro Quintão (2016) e o de Karulliny Siqueira (2016)[7]. Em especial o segundo, pois toda sua atenção é devotada à configuração de uma liderança política arquitetada em boa parte sobre um poder simbólico, forjado tanto nos meios de comunicação impressos quanto nos anais do Poder Legislativo estadual. Assim, há um comprometimento menor em justificar as atitudes e a visão do personagem, ato inversamente proporcional à proposta de decifrar os códigos de linguagem por trás da configuração do grupo político e do poder simbólico do seu líder.

Por fim, a terceira vertente procura desvendar o mito do heroísmo de Moniz Freire concomitantemente à desconstrução de suas representações. Especificamente, no que diz respeito à condição do Espírito Santo enquanto estado preterido pela federação brasileira, tratando os desdobramentos dessa ideia como verdadeira fantasia persecutória, conforme título que André Pereira (2013) atribui a seu artigo. Não obstante, são os estudos de José Schayder (2017) e Rafael Nascimento (2018) os mais enfáticos; enquanto o primeiro o caracteriza como patrono do mito fundador do Espírito

[6]Clarkson Diniz (2016, *passim*) defende a hipótese de que o engrossamento constituiu mecanismo essencial para o relacionamento político entre atores bem como a busca dos mesmos ao exercício do poder, a partir da análise da obra de Graciano Neves intitulada *Doutrina do Engrossamento*. Tal autor foi importante membro da oligarquia do Partido Republicano Construtor, no final do século XIX, a qual era chefiada por Moniz Freire. Nesse trabalho, Diniz desnuda a relação de deferência e subordinação de Graciano Neves a seu líder, embora houvesse discordâncias. Analisa o interior da oligarquia sob o prisma de Neves.

[7] Karulliny Siqueira (2016, *passim*) estuda as correntes e os projetos republicanos no limiar da República brasileira, estando entre eles o do partido político de Moniz Freire.

Santo, como principal porta-voz do discurso de vitimização, o segundo o define o personagem histórico como marco de superação do atraso.

Essas três formas de interpretação historiográfica nos ajudam a compreender a complexidade de Moniz Freire no cenário político do estado durante a Primeira República. Todavia, algumas questões emergem ou não foram problematizadas *in totum* nos estudos acima mencionados. Em alusão a isso, relacionamos as questões por nós levantadas ao objetivo do presente artigo: houve algum tipo de legado de Moniz Freire desde sua morte até hoje? Qual o imaginário constituído sobre esse personagem entre membros da elite política e dos intelectuais? Vale lembrar que ambas as questões estão interligadas, mas começaremos pela primeira.

Há um legado de Moniz Freire?

Podemos compreender a palavra "legado" como um conjunto de ideias, valores, práticas ou mesmo bens materiais deixados, voluntária ou involuntariamente, como herança. A partir desse pressuposto, é possível falar em legado de Moniz Freire?

A resposta que, de imediato, nos propomos sustentar naturalmente é positiva. Ela passa pelo sentido da palavra "imortalidade" aqui proposto, o qual não tem a ver, reiteramos, com qualquer espécie de culto ou veneração por alguma espécie de heroísmo daquele personagem. Logo, a questão do legado tem a ver necessariamente com as ideias implementadas ou simplesmente defendidas que produziram algum desdobramento em governos posteriores e que, de certo modo, ecoaram de maneira positiva ou negativamente durante o percurso do centenário de sua morte (1918-2018).

Basicamente, ficou para a posteridade a imagem de um governante sonhador que ousou realizar para o seu estado natal um projeto político-econômico que considerava inovador e, portanto, inédito, mediante alguns pilares fundamentais.

Embora tenha sido apresentado por diversos estudiosos, voltemos a ele:

1. Estreitar as ligações comerciais com a hinterlândia mineira, sobretudo a parte leste, tornando os portos capixabas – em especial o de Vitória – o ponto de ligação com o exterior para aquela hinterlândia;

2. Centralizar as exportações e importações do estado no porto de Vitória, tornando a capital a principal – senão única – praça comercial do estado;
3. Expandir a malha ferroviária do Espírito Santo, estreitando a comunicação da capital com as regiões mais produtivas do estado e com Minas Gerais;
4. Incrementar a população do Espírito Santo, por meio da importação maciça de imigrantes, mormente europeus.

Vale lembrar que todos esses pontos estavam interligados. Tratava-se de um conjunto de ideias as quais se desenvolveram lentamente ao longo do século XIX, caracterizando-se como um plano de afirmação regional, marcado por algumas realizações – como a instalação de núcleos populacionais – e por anseios – como o planejamento de uma malha ferroviária para o Espírito Santo (SANTOS, 2012, p. 320-323). Embora fosse compartilhado por muitos membros da elite política regional, tal plano encontrou em Moniz Freire seu principal porta-voz, ainda no Império, quando era apenas deputado provincial. Conseguintemente, alçado à condição de presidente do estado, a ideia ganhou mais vigor. Não por acaso, no limiar do novo regime, ela estava presente em diversos artigos escritos em seu jornal – *O Estado do Espírito Santo* –, nos seus discursos, no programa de governo e até mesmo na Constituição Estadual de 1892 (QUINTÃO, 2016, p. 221-222).

Tal "ousadia", tendo em conta as limitações financeiras do Espírito Santo, determinaria como estigma o reforço – de imediato – do modelo agroexportador cafeeiro, embora o plano não tivesse como propósito enfatizar a monocultura cafeeira. A bem da verdade, tal dependência era alvo de preocupações, levando o governante a almejar, sem sucesso, a diversificação agrícola no estado. Ainda não era tudo.

No início do século XX, o Espírito Santo foi mergulhado numa crise financeira sem precedentes, uma vez que houve queda abrupta tanto no preço do café quanto na produção estadual, insignificante esta para alterar o jogo da oferta e da procura em âmbito internacional e, assim, fazer o preço retornar a patamares satisfatórios. A situação era grave porque, mesmo o produto estando em baixo valor, as finanças estaduais eram dependentes da exportação do mesmo por intermédio dos impostos de exportação (ESPÍRITO SANTO, 1919, p. 34 e p. 76; 1932, *passim*). Junto com elas, vieram água abaixo os planos e o poder simbólico de Moniz Freire, os quais o haviam catapultado à condição de líder máximo do estado, espécie de "oligarca-mor"

(QUINTÃO, 2016, p. 394). Conseguintemente, seu poder no grupo foi desafiado e a cisão oligárquica, inevitável, um ano após ter deixado o governo estadual, em 1905. Tal cisão havia aberto um espaço tão grande no conjunto de forças políticas, que tornou viável o despontar de outra liderança, Jerônimo Monteiro.

A entrada desse último personagem marca a debacle do primeiro grande líder do Espírito Santo republicano, mas apenas a debacle política. No campo das ideias, ou mesmo no *modus operandi* administrativo, poucas diferenças podem ser notadas entre Moniz Freire e seus sucessores, no quesito estrutural. Com isso, podemos afirmar que a lógica permaneceu sendo a mesma: reforço do modelo agroexportador, com centralização comercial em Vitória, e fomento ao comércio com a hinterlândia mineira pelos dois principais troncos ferroviários: pelo sul, passando por Cachoeiro de Itapemirim, e pelo norte, passando por Colatina (QUINTÃO, 2018, p.29).

Os sucessores de Jerônimo Monteiro, todos atrelados à oligarquia do PRES (Partido Republicano Espírito-santense), em quase nada se diferiram da lógica agroexportadora com centralidade econômica em Vitória. Desse modo, sua capitalidade foi afirmada, tendo as obras de aparelhamento e modernização do seu porto, iniciadas e retomadas – após a paralisação devido à Primeira Guerra Mundial – sob a mesma lógica centralizadora. Ela foi um desdobramento de esforços do final do oitocentos, à época de Moniz Freire, para a realização das obras, as quais deveriam gerar um terminal que fosse localizado na ilha de Vitória, e não no continente (SIQUEIRA, 1995, p. 106).

Uma lógica inteiramente voltada ao incremento do modelo agroexportador que não conseguiu se desvencilhar do café, volta e meia protegido por políticas nacionais de valorização. Não à toa, Graciano Neves, testemunho político àquele momento, afirmava que o capital fazia a ordem no Espírito Santo (DINIZ, 2016, p. 41).[8]No entanto, há olhares mais complexos para compreendermos a lógica econômica do Espírito Santo na Primeira República. Nesse sentido, Arlindo Vilaschi, Ednilson Felipe e Ueber Oliveira nos dão importante pista. Para eles, "as ações iniciais de Moniz [Freire] tornaram irreversível uma trajetória econômica capixaba em que as questões logísticas cumpririam um papel central nas possibilidades de sua dinamização" (2011, p. 41). Indo além, asseveram que:

[8] Não há uma definição, uniforme e homogênea de capital para Graciano Neves, mas Clarkson Diniz (2016, p. 41) nos apresenta sua percepção. O autor observa que "A definição de capital aqui o torna um ente independente, sinônimo de recursos econômicos, desligados já do trabalho produtivo direto. É como uma entidade que tem vontade própria e capacidade de domínio [...]."

> É possível dizer que todos os processos posteriores de dotação de uma infraestrutura logística no Espírito Santo, com o discurso de que o Estado precisava dinamizar suas vantagens locacionais naturais, são um aprofundamento e derivam daquela visão defendida por Moniz [Freire] ao final do século XIX.

Sob esse aspecto, partilhamos a conclusão a que chegaram os autores supracitados. Moniz Freire deixa como legado o direcionamento econômico pautado no reforço do modelo agroexportador e – alheio à vontade dos governantes – monocultor. A porcentagem do café na exportação geral foi sempre marcante[9], e assim, não por acaso, o porto que se tornaria o principal do estado nas primeiras décadas do século XX se transformou num terminal eminentemente cafeeiro (SIQUEIRA, 1995, p. 123).

Em paralelo, a urbanização da capital. Ela deveria estar à altura da praça comercial tão desejada, conforme pensava Moniz Freire. A "cidade velha e pessimamente construída" deveria dar lugar a outra, idealizada nos traços geométricos do Novo Arrabalde. E os sucessores desse oligarca assimilaram a diretriz. As divergências políticas, sobretudo com Jerônimo Monteiro, não impediram certa comunhão de ideias, daí a expressão "irreversível" para a trajetória econômica do estado, conforme citaram Vilaschi, Felipe e Oliveira (2011a, p. 41).

Logo, as diferenças entre os dois oligarcas, Moniz Freire e Jerônimo Monteiro, estavam praticamente restritas ao campo político, tendo em vista o direcionamento econômico deixado como "legado" do primeiro para o segundo. Apesar de algumas nuances, a lógica permanecia a mesma. Pode ser até que extravase o campo econômico, resvalando no simbólico. Ao analisar o lema da bandeira do estado "Trabalha e Confia", instituído por Monteiro, o historiador José Schayder entende tratar-se de uma "[...] força ao discurso ostensivamente propagado por Muniz Freire (sic) de um Espírito Santo fragilizado e abandonado, mas ansioso por progredir" (2017, p. 199).

Ainda em relação à transformação urbana da capital, ela deveria caminhar de mãos dadas com a modernização portuária, de modo a permitir condições de expansão do porto (SIQUEIRA, 2011, p. 257-259). Isso nos permite compreender a renhida disputa, já no primeiro governo de Moniz Freire (1892-1896), para que o terminal fosse

[9]Os dados apresentados por Maria da Penha Siqueira (1995, p. 58) são reveladores. Os documentos oficiais consultados pela historiadora nos mostram, por exemplo, que entre 1891 e 1896 a exportação de café do Espírito Santo variou entre 97,5% e 99,4% em relação ao total, na comparação feita com outros produtos. Além disso, dois outros pontos nos chamam a atenção. O primeiro diz respeito ao crescimento da exportação cafeeira no estado, a qual saltou de 421.526 para 1.594.409 sacas de 60 kg; o segundo, diz respeito à participação do café na exportação do Porto de Vitória entre 1922 e 1930, que saltou de impressionantes 98,2% para 99,2%.

localizado em Vitória, e não no continente. Atitude similar não foi possível de ser evitada, por exemplo, com as duas principais estações ferroviárias do estado, da *Leopoldina Railway* e da *Estrada de Ferro Vitória a Minas*, responsáveis pela interligação de Porto de Vitória com Minas Gerais, Rio de Janeiro e o interior do Espírito Santo (QUINTÃO, 2018, p.51). Mas com o terminal marítimo, a condição insular da capital não seria um empecilho.

Por isso é simbólica a passagem do trem em cima da primeira ponte, ligando Vitória ao continente sul, já nos idos da década de 1940, ao permitir que os trilhos chegassem diretamente à capital, contornando o tradicional bairro da Vila Rubim. A centralização comercial daquela cidade ditava as regras conforme o plano de Moniz Freire, o qual foi sendo encampado pelos governantes elencados como sendo os de maiores destaques, no *hall* dos governadores do estado.

Desse modo, Florentino Avidos (1924-1928) e Punaro Bley (1930-1943) simplesmente não romperam com o direcionamento proposto no limiar da Primeira República. As alterações no sítio urbano e na infraestrutura econômica estiveram voltadas para a lógica agroexportadora, acomodada aos rendimentos da monocultura cafeeira. O direcionamento proposto por Moniz Freire permanecia inquebrantável. No governo Bley (1930-1943), foi empregada até mesmo a valorização artificial do café, mediante o emprego de dinheiro público para a queima do excedente de produção, tutelando, assim, os produtores (SCHAYDER, 2017, p. 235). A velha ideia tantas vezes defendida por Moniz Freire e empregada, primeiramente, no Convênio de Taubaté, de 1906, não havia sido deixada de lado três décadas depois.

A criação da Companhia Vale do Rio Doce em 1942, por exemplo, embora tenha concorrido para novas obras no velho porto cafeeiro de Vitória, por causa da crescente exportação do minério de ferro vindo de Minas Gerais, só veio reforçar o modelo exportador mediante o incremento da lógica de corredor de exportações. Seguindo a linha interpretativa de André Pereira (2011, *passim*), algumas considerações são válidas. A rigor, oportunidades vieram, com empregos e complexidade mediante relações da referida empresa com outras, além do surgimento de terceiras ligadas à CVRD, como a CST e a Samarco. Contudo, tratou-se de transformações que passaram ao largo de qualquer planejamento ou projeto regional de desenvolvimento, embora comungasse com o velho anseio de centralização econômica em Vitória. Vale lembrar, conforme o autor, que a estatal não foi agente de transformação consciente, pensando na

lógica e na transformação positiva do cenário regional. Além disso, é importante ressaltar o que André Pereira chama de "dialética dos gargalos", desdobramento do reforço do modelo logístico baseado no esforço dos grandes empreendimentos – especialmente a CVRD – em "maximizar o uso dos meios de transportes por eles utilizados, inclusive com cargas de outras origens, [o que] gera uma *tendência inevitável ao esgotamento dos próprios meios*" (2011, p. 220).

As transformações que vieram a seguir, mais precisamente na década de 60, também estavam correlacionadas a projetos constituídos ao largo dos interesses regionais, ainda oligárquicos e fundamentados no modelo agroexportador, prevalecendo, assim, basicamente o mesmo direcionamento traçado na Primeira República. Sem dúvida, pesou para tanto a crise do café e a política nacional de erradicação dos cafezais, embora não possamos afirmar que esse fator *per se* seja suficiente para explicar a guinada econômica pela qual passaria o estado na referida década. Tratava-se, pois, "[...] de processos decisórios de agentes econômicos, cuja racionalidade estratégica está muito além das fronteiras do ES" (SILVA, 2004, p. 76). Ou seja, decisões vindas "de fora" iriam nortear as transformações que se iniciavam, embora a agricultura não deixasse de ter relevância na economia (ROCHA; MORANDI, 2012, p. 106).

Apesar da perda de espaço do café na economia, foi reforçada a condição do Espírito Santo enquanto passagem e ponto intermediário, graças à atuação dos conglomerados industriais criados em torno da CVRD, focados no minério de ferro. O reforço do papel de exportador de *commodities* foi inevitável e a "reprimarização" da economia, um efeito direto, à medida em que o Espírito Santo reforçava sua inserção na economia globalizada (PEREIRA, 2011, p. 222).

É evidente que, apesar de haver o reforço do modelo ditado pela exportação cafeeira, com a ênfase do estado na condição de grande entreposto – em especial sua capital – do comércio marítimo internacional com uma vasta hinterlândia, ainda sob o auspício de Moniz Freire, o governo estadual, por intermédio de suas elites econômicas e regionais, perdeu a direção do processo de orientação econômica, como no limiar do século XX, por fatores que fogem à nossa alçada discutir (SILVA, 2004, p. 71). Além disso, já no século XXI, não conseguiu que o entreposto criado fosse além dos recursos naturais não renováveis no que concerne à primazia da pauta de exportações (VILASCHI, FELIPE, OLIVEIRA, 2011b, p. 241-244). Em outras palavras, não houve

salto qualitativo do modelo, fato agravado pela dificuldade de arrecadação do estado, por exemplo, com a criação da Lei Kandir.[10]

A esse respeito, o exemplo dos transportes mencionado por Vilaschi, Felipe e Oliveira é esclarecedor. Para eles:

> Apesar da importância dos transportes para o desenvolvimento econômico capixaba, o setor público não acompanhou em ações a implementação de investimentos necessários para que se mantivesse a capacidade e atratividade de cargas para/ pelo Espírito Santo. Ou seja, pode-se dizer que a precária manutenção e a pouca expansão da malha viária capixaba, ao longo das últimas três décadas, desencadearam um processo de obsolescência e de deterioração da infraestrutura logística. Além disso ter levado – a exemplo do que também acontece no país – a distorções na distribuição de cargas dentro da matriz de transporte, o seu esgotamento tem rebatido em perdas de poder de competição da estrutura logística capixaba perante outras opções e outros Estados bem mais aparelhados (2011b, p. 245-246).

A citação acima nos remete a dois pontos. O primeiro diz respeito à precariedade e às limitações das condições logísticas do Espírito Santo, o que remete à pouca capacidade de investimento do Governo do Estado em sucessivos mandatos, e o próprio reforço do modelo (PEREIRA, 2011, p. 209), inviabilizando saltos qualitativos na economia, mesmo no campo da exportação de *commodities*. O segundo ponto nos leva a um segundo tipo de "legado" deixado por Moniz Freire e que se fortaleceu ao longo do século XX. Trata-se de queixas acerca da possível perifericidade do Espírito Santo na União brasileira, fenômeno supostamente caracterizado pelo descaso do governo federal em relação aos anseios das elites políticas regionais e dos governantes estaduais, materializado em benesses para o estado.

Dois autores tratam especificamente dessa questão. O primeiro deles, André Pereira (2013, p.142), chama esse processo de "fantasia persecutória". Ela seria constituída a partir de uma mentalidade obsidional, isto é, um sentimento de cerco, partilhado por políticos e intelectuais do estado, os quais compartilham a ideia de vitimização do Espírito Santo pelo governo federal. De forma sintética, afirma o cientista político que

> A mentalidade obsidional capixaba, quando aplicada a temáticas específicas, principalmente aqueles que envolvem conflitos reais, ajuda a alimentar

[10] A Lei Kandir foi uma lei federal aprovada em 1996 que determinou a isenção do tributo ICMS para os produtos exportados. Tinha por objetivo fomentar as exportações. Cf. Pereira, (2012, p. 18) e Pereira (2013, p. 147).

> verdadeiras fantasias persecutórias, ou seja, atribui falsamente a certos atores propósitos malévolos que visam afetar a TODOS os capixabas (2013, p. 142).

Em tempos atuais, os episódios da partilha dos *royalties* do petróleo e a extinção do FUNDAP servem de exemplo na medida em que foram elementos que alimentaram a fantasia persecutória. Ela se fundamenta em sentido histórico e ganha ares de verdade por importantes setores da elite política que agem no sentido de enfrentamento às decisões do governo federal, ocultando possíveis falhas e opções tomadas, como aquelas, nem sempre tão claras, dos governantes em relação às grandes empresas, cujos desdobramentos tornam o governo estadual rico para tais empreendimentos e pobre para a população (PEREIRA, 2012, p. 21).

É, porém, o segundo autor que melhor aprofunda a questão, a partir da obra *Passado a limpo: o estado capixaba e o seu mito fundador*. Nela, José Schayder (2017, p. 154 *et seq*.) interpreta o fenômeno como um "mito", tendo em Moniz Freire o seu principal porta-voz, embora não o primeiro. A prática teria se iniciado quando ainda era deputado provincial na longínqua década de 1880, ao questionar o imperador Dom Pedro II acerca da suposta preterição da então província em relação a outras. A questão principal estava em torno do cancelamento da concessão ferroviária a qual estabelecia uma ligação entre Vitória e a hinterlândia oriental mineira.

Evidentemente que esse fenômeno não pararia por aí. Para Schayder, o discurso de vitimização estaria com esse personagem ao longo de sua trajetória política, o que levou o historiador a concluir que "[...] Muniz Freire (sic) fez da vitimização do povo do Espírito Santo seu grande mote discursivo – e o fez fabulosamente bem, razão pela qual o proclamo patrono do mito fundador capixaba" (2013, p. 154).

Deixamos para o autor o "ônus da prova" quanto à nomenclatura "mito fundador" para o fenômeno de vitimização e a condição de Moniz Freire como seu patrono (SCHAYDER, 2017, p. 154). Porém, levamos em consideração que o autor mapeia a trajetória de uma narrativa do papel de vítima do estado, ao identificar essa visão se reproduzir em discursos de estudiosos, intelectuais, jornalistas e políticos. Indo além, percebe nesse processo a influência direta de Moniz Freire, lembrado em discursos políticos, como o de Paulo Hartung, publicado em obra oficial do governo do estado (MARTINUZZO, 2005, p. 13).

Essa relação entre políticos e personagem (políticos) do passado nos remete ao último ponto do presente artigo. Compreender a "imortalidade" de Moniz Freire pelo

viés do imaginário e dos estereótipos constituídos em torno dele. Para tanto, nos utilizamos da historiografia e dos discursos de jornais e dos próprios membros da elite política para responder de que modo Moniz Freire tem sido representado.

Há um imaginário sobre Moniz Freire?

A última questão a ser respondida neste artigo nos ajuda a compreender o centenário de imortalidade do personagem aqui abordado. Conhecer e analisar a constituição de um imaginário em torno de Moniz Freire nos ajuda a compreender a forma como ele é tratado pela historiografia regional e como é lembrado pelas autoridades públicas. Indo além, é possível perceber a reprodução de seus discursos por meio da "fantasia persecutória", conforme apontado por André Pereira (2013, *passim*), quer dizer, pelo sentimento de que o Espírito Santo é um estado preterido pela União perante os demais entes da federação. Essa lógica tem servido para nortear o discurso de parcela significativa da elite política capixaba.

Recordando o que expusemos algumas páginas acima, três vertentes interpretativas podem ser identificadas na historiografia regional acerca desse personagem: uma de tipo contemplativa, embora bastante criteriosa e de valor, e duas mais "independentes", pautadas pela análise de seu poder político e pela desconstrução do seu mito heroico, esmiuçando o modo como foi erguida uma série de representações positivas em torno dele. As abordagens mais desprendidas do ator histórico emergiram graças ao recente incremento das produções acadêmicas, pelas quais alguns estudiosos têm se debruçado nesse processo. A exemplo, Rafael Nascimento (2018, p. 158) identificou Moniz Freire entre os personagens históricos na narrativa do progresso, ou seja, como um dos símbolos progressistas da elite republicana do início do século, como se ele fizesse parte de uma linha "evolutiva" rumo à industrialização do estado.

Tanto José Schayder (2017) quanto Rafael Nascimento (2018) identificam os discursos políticos que remetem ao personagem em questão. Em um deles, a título ilustrativo, Rafael Nascimento identifica como o então governador Paulo Hartung se projeta como porta-voz de um novo momento na história do Espírito Santo, enquanto marco de superação do atraso, assim como supostamente Moniz Freire teria sido à sua época, visão compartilhada inclusive por muitos estudiosos.

A nossa ênfase em Hartung remete ao peso de seu capital político nas primeiras décadas do século XXI[11]e ao fato de ser um dos governantes que mais se preocupou com o passado no que se refere à expectativa de revisitar os governos pregressos ao seu, seja para delimitar o seu mandato – iniciado em 2003 – como um marco, seja para cotejar e criar analogias comparativas com governantes que se enquadram no panteão dos heróis configurados pela narrativa de superação do atraso (NASCIMENTO, 2018, p. 34-40).

Por sua vez, José Schayder (2017, p. 318-320) chama a atenção para a apropriação que o então governador fez do discurso que o historiador chama de "mito fundador" e que tinha em Moniz Freire seu maior porta-voz. O exemplo mencionado, na fonte analisada pelo historiador[12], diz respeito às menções que Hartung fez às cartas publicadas por Moniz Freire a Dom Pedro II, protestando contra a condição de preterição pela qual entendia ser tratada a província. Tais menções lembram com heroísmo o papel desempenhado pelo seu predecessor, tido como verdadeiro libertador do degredo pelo qual passava Espírito Santo.

A rigor, o que Hartung proporcionou foi interligar o "nome à coisa", como pode ser dito em gíria popular. Sem mencionar o personagem do início do século XX, diversos políticos e até mesmo a grande imprensa do estado empunharam a bandeira da defesa dos interesses regionais sob o viés da injustiça e perseguição sofrida pelo pequeno território federal. Assim foi no caso dos *royalties* do petróleo e da perda dos recursos do FUNDAP por causa de sua extinção.[13] O discurso de perseguição e vitimização não "colou" perante as autoridades nacionais, perfazendo a mesma estratégia e o mesmo desfecho das cartas escritas por Moniz Freire mais de um século atrás: a negativa ou a indiferença do governo central.

[11] Podemos mensurar o capital político de Paulo Hartung pelos cargos que ocupou no século XXI, ocupava o cargo de senador. Mandato que interrompeu em 2003 para assumir o governo do estado. Foi reeleito em 2006, permanecendo no cargo por oito anos. Seu sucessor em 2011 foi Renato Casagrande, eleito com seu apoio. Foi eleito para um terceiro mandato em 2014, interrompendo o anseio de Casagrande de ser reeleito governador do Espírito Santo.

[12] Trata-se do texto de José Martinuzzo, publicado pelo governo do estado, em 2004, a seu pedido, intitulado "Caminhada de nova fronteira". Nele, há um discurso do então governador Paulo Hartung.

[13]Como nos relata André Pereira (2013, p. 144-148), em 2012 o governo federal decidiu pela partilha dos *royalties* do petróleo que outrora eram destinados unicamente aos estados petroleiros, com os demais a entes da federação. No mesmo ano, houve a supressão do Fundo de Desenvolvimento das Atividades Portuárias (FUNDAP), recurso criado em 1970 destinado ao governo estadual, a partir da cobrança de ICMS sobre as operações de comércio exterior no Porto de Vitória.

Tal estratégia possui mão dupla, porque, ao mesmo tempo em que pouco interfere na indiferença do governo federal, acaba servindo para as elites regionais fundamentarem seus discursos de unidade, pautado na perseguição e vitimização do estado. Assim com Moniz Freire tanto quanto com seus sucessores que "ousaram" questionar as decisões do governo federal. Logo, como diagnosticou José Schayder, esse sentimento de perseguição atua como uma estratégia

> [...] Primeiro, para reforçar as crenças coletivas; segundo, para unir os membros da comunidade capixaba em torno deles [...] por último, os homens públicos insistem em reprisar crenças coletivas com o intuito de *jogar* para a plateia interna, de fazer média com o cidadão-eleitor e – óbvio – permanecer sob os holofotes, receber aplausos e colher dividendos políticos, i.e., votos (2017, p. 354).

A citação faz sentido ao constatarmos a envergadura do poder simbólico adquirido por Moniz Freire ao tempo em que chefiava a oligarquia mais importante do Espírito Santo, na passagem do século XIX para o século XX (QUINTÃO, 2016, p. 240 *et seq*.), embora com isso não se possa garantir pelo sucesso *ad aeternum*. A título ilustrativo, a tentativa do então governador Renato Casagrande, em 2012, de mobilizar a população para as demandas do estado referente aos *royalties* não redundou em qualquer prestígio pessoal nem aumento do seu prestígio (PEREIRA, 2013, p. 144-145). Contudo, é importante que se frise a reprodução de uma prática centenária, que pode ser dimensionada nas empolgantes palavras do seu antecessor, Paulo Hartung, ao fazer alusão ao herói vitimado. Isso nos permite defender que o século de falecimento é o também de sua imortalidade, pesando para tanto o imaginário construído.

A questão do imaginário, aliás, nos ajuda a compreender o que se criou em torno do legado de Moniz Freire. Nessa perspectiva, o artigo de Sandra Pesavento (1995, *passim*) a respeito desse assunto é esclarecedor. Para a historiadora, a sociedade forja seus símbolos, os quais são componentes de um imaginário social, juntamente com crenças, representações e até mesmo outros símbolos, apoiado em fatos ou personalidades já existentes. Assim, Sandra Pesavento conclui que

> [...] O imaginário é, pois, representação, evocação, simulação, sentido e significado, jogo de espelhos onde o "verdadeiro" e o aparente se mesclam, estranha composição onde a metade visível evoca qualquer coisa ausente e difícil de perceber. (1995, p. 24).

Em questão, forjou-se um imaginário em torno da figura de Moniz Freire e de suas diretrizes na configuração de um estado que, supostamente, se tornou vítima da federação, e que teria como vocação a condição de corredor de exportações entre o exterior e regiões do interior brasileiro. Em outras palavras, o personagem histórico aqui estudado é representado – tanto por políticos, quanto por jornais e até mesmo por competentes estudiosos – como um símbolo de progresso e de luta em defesa do Espírito Santo no cenário nacional.

Para o historiador Estilaque dos Santos, o papel desempenhado por esse ator histórico nos rumos do estado o enquadra na condição de "[...] um dos mais importantes personagens de toda a nossa história política" (2012, p. 544). Indo além, no epílogo da biografia desse personagem, ele remonta algumas das homenagens recebidas pelo biografado, como um busto em praça de Vitória, o nome de palácio, rua, cidade, e a homenagem realizada pela elite política capixaba na Assembleia Legislativa, em 1961, ano do centenário de seu nascimento.

Isso nos permite asseverar que, do mesmo modo que Moniz Freire usou do imaginário para forjar sua realidade, comandando o real por meio do imaginário (BALANDIER, 1982, p. 6)[14] e se constituiu como um líder defensor dos interesses do estado à sua época, ao longo de um século, outros atores se apropriaram de suas ideias forjando novos – ou alimentando antigos – mitos, símbolos ou crenças, conforme interesse ou contexto propício. Em paralelo, possivelmente pelo que dizia e defendia acerca dos pontos aqui já esboçados, Moniz Freire foi alojado no *hall* dos heróis capixabas, como demonstrou Rafael Nascimento (2018, p. 158) e suas práticas, servido de pano de fundo para a projeção política – ou para seu reforço – de algumas personalidades do século XXI, em especial, Paulo Hartung, o que pode nos ajudar a entender de fato a força de seu capital político.

Considerações finais

O presente artigo procurou responder de que modo podemos interpretar o centenário da "imortalidade" de Moniz Freire (1918-2018). Para tanto, fizemos uso de revisão bibliográfica e do conceito de imaginário, além de identificarmos alguns

[14] Esse trecho foi bem lido na obra de José Schayder (2017, p. 355) e consultado no original de Balandier.

requisitos fundamentas para que esse processo, quer dizer, essa "imortalidade", tenha se dado.

Primeiramente, recordamos a lógica econômica que direciona o estado para a vocação de corredor de exportações. A reboque desse processo, ocorreu a tão ansiada transformação de Vitória na mais importante praça comercial do Espírito Santo, e a interligação do complexo portuário que envolve a região metropolitana a Minas Gerais, tanto por meio ferroviário quanto rodoviário. Como vimos, isso não ocorreu sem alguns problemas, tais como a "dialética dos gargalos" e a "reprimarização" da economia. Em seguida, tratamos da fantasia persecutória ou o "mito capixaba", dependendo naturalmente da nuance de cada autor, dentre aqueles que aqui expusemos. A construção de um imaginário em torno da vitimização do Espírito Santo perante o governo federal constitui sua própria trajetória, tendo em Moniz Freire grande porta-voz, sendo isso reconhecido e até louvado como ato de heroísmo, em consonância com a reprodução desse sentimento, por parte de governantes, jornalistas e intelectuais.

Desta feita, cremos que Moniz Freire continua "presente", mesmo involuntariamente, em discursos e na lógica econômica do Espírito Santo. E, se tantas vezes ele é lembrado, quer seja na glorificação ou nas práticas reproduzidas, inclusive com saudosismo, trata-se do sintoma de que suas ideias não foram superadas nem mesmo um século após sua morte. Assim, norteando o imaginário e o "sentido da economia", Moniz Freire se perpetua nos seus sucessores, assegurando sua imortalidade.

Referências

Fontes Primárias

ESPÍRITO SANTO (Estado). Presidente (1916-1920: Monteiro). **Mensagem dirigida pelo presidente do Estado do Espírito Santo, Dr. Bernardino de Souza Monteiro, ao Congresso Legislativo, em sua 1ª sessão ordinária da 10ª legislatura.** Vitória: s/n, 1919.

ESPÍRITO SANTO (Estado). Secretaria da Fazenda. **Estatística de Exportação do Espírito Santo.** 1931. Vitória: Imprensa Official, 1932.

Bibliografia de apoio

BALANDIER, Georges. **O Poder em Cena.** Brasília: Editora da Universidade de Brasília,1982.

BASÍLIO, Marcello A.S. **A vida e a obra de Moniz Freire.** Vitória: [s.n.], 1961.

BITTENCOURT, Gabriel. **História Geral e Econômica do Espírito Santo.** Do Engenho Colonial ao complexo fabril-portuário. Vitória: Multiplicidade, 2006.

BUFFON, José Antonio Bof. Jerônimo Monteiro: governador schumpeteriano, precursor de JK. *In*: GURGEL, Antonio de Pádua; LIMA JÚNIOR, Carlos Benevides. **Jerônimo Monteiro.** Vitória: Contexto Jornalismo & Assessoria Ltda. / Núcleo de Projetos Culturais e Ecológicos, 2005 (Coleção "Grandes Nomes do Espírito Santo").

CAMPOS JÚNIOR, Carlos Teixeira. **O Novo Arrabalde.** Vitória: Prefeitura Municipal, 1996.

DINIZ, Clarkson Machado. **O engrossamento, o capital e a ordem:** a visão de Graciano Neves na análise da Primeira República (1892-1903). 2016. 210 f. Tese (Doutorado em História) –Programa de Pós-graduação em História Social das Relações Políticas, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2016.

FERREIRA, Marieta de Moraes. PINTO, Surama Conde Sá. Estado e oligarquias na Primeira República: um balanço das principais tendências historiográficas. **Tempo**, Revista do Departamento de História da Uff, v. 23, p. 422-442, 2017.

GOMES, Angela de Castro; ABREU, Martha. A nova "velha" República: um pouco de história e historiografia. **Tempo**, Niterói, v.13, n. 26, p. 1-14, 2009.

HARTUNG, Paulo. Prefácio. *In*: SANTOS, Estilaque Ferreira dos. **José de Melo Carvalho Muniz Freire.** Vitória: Espírito Santo em Ação, 2012 (Memória do desenvolvimento do Espírito Santo; Grandes nomes; v. 3).

HEES, Regina Rodrigues; FRANCO, Sebastião Pimentel. **A República no Espírito Santo.** 3. ed. Vitória: Multiplicidade, 2012.

MARTINUZZO, José Antonio. **Caminhada em Nova Fronteira.** Vitória: Governo do Estado do ES, 2005. v. 1.

NASCIMENTO, Rafael Cerqueira do. **A narrativa histórica da superação do atraso:** um desafio historiográfico do Espírito Santo. Serra (ES): Editora Milfontes, 2018.

PEREIRA, André Ricardo Valle Vasco. Mais do mesmo: o reforço da integração subordinada do Espírito Santo no sistema capitalista internacional. **Sinais (UFES)**, v. 1, p. 203-232, 2011.

PEREIRA, André Ricardo Valle Vasco. Entrando em campo para perder: a inserção do Espírito Santo no debate político nacional. *In*: BITTENCOURT, Gabriel; RIBEIRO,

Luiz Cláudio (org.). **Espírito Santo:** um painel da nossa história II. Vitória (ES): SECULT, 2012, p. 15-44.

PEREIRA, André Ricardo Valle Vasco. Fantasias persecutórias na história do Espírito Santo. **Revista Eletrônica Expedições: Teoria da História e Historiografia**, v. 4, p. 140-162, 2013.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. Em busca de uma Outra História: imaginando o imaginário. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 15, n. 29, 1995.

QUINTÃO, Leandro do Carmo. Expansão ferroviária em solo capixaba. *In*: SILVA, Igor Vitorino da; QUINTÃO, Leandro do Carmo. **O Espírito Santo da Primeira República.** 2.ed. Serra(ES): Editora Milfontes, 2018.

QUINTÃO, Leandro do Carmo. **Oligarquia e elites políticas no Espírito Santo**: a configuração da liderança de Moniz Freire. 2016. 421 f. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-graduação em História Social das Relações Políticas, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2016.

ROSTOLDO, Jadir Peçanha. **A cidade republicana na *belle époque* capixaba:** espaço urbano, poder e sociedade. Jundiaí (SP): Paco Editorial 2014.

RIBEIRO, Diones Augusto. **Busca à "primeira grandeza":** o Espírito Santo e o governo Moniz Freire (1892-1896). 2008. Dissertação (Mestrado em História) - Programa de Pós-graduação em História Social das Relações Políticas – Universidade Federal do Espírito Santo.

ROCHA, Haroldo Corrêa; MORANDI, Angela Maria. **Cafeicultura e grande indústria:** a transição no Espírito Santo 1955-1985. 2. ed. Vitória (ES): Espírito Santo em ação, 2012.

SANTOS, Estilaque Ferreira dos. **José de Melo Carvalho Muniz Freire.** Vitória: Espírito Santo em Ação, 2012 (Memória do desenvolvimento do Espírito Santo; Grandes nomes; v.3)

SANTOS, Estilaque Ferreira dos. Resumo biográfico de Muniz Freire. *In*: SANTOS, Estilaque Ferreira dos. (org.). **Escritos políticos de Muniz Freire.** Vitória: Pro Texto Comunicação e Cultura, 2013.

SCHAYDER, José Pontes. **Passado a limpo:** o estado capixaba e o seu mito fundador. Cachoeiro de Itapemirim (ES): Edição do autor, 2017.

SCHIMIDT, Benito Bisso. História e Biografia. *In*: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (org.). **Novos domínios da história.** Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

SILVA, Marta Zorzal e. Dilemas e perplexidades do modelo. *In*: VASCONCELLOS, João Gualberto (org.). **Memórias do desenvolvimento.** Vitória: Multiplicidade, 2004.

SIQUEIRA, Karulliny Silverol. **O Império das Repúblicas:** projetos políticos republicanos no Espírito Santo, 1870-1908. 2016.313 f. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-graduação em História Social das Relações Políticas, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2016.

SIQUEIRA, Maria da Penha Smarzaro. **O desenvolvimento do Porto de Vitória** – 1870/1940. Vitória: CODESA/UFES, 1995.

SIQUEIRA, Maria da Penha Smarzaro. A cidade e o porto como fator de desenvolvimento. *In:* VILASCHI, Arlindo (org.). **Elementos da economia capixaba e trajetórias de seu desenvolvimento.** Vitória: Flor&cultura, 2011.

SUETH, José Cândido Rifan. **Espírito Santo, um Estado "satélite" na Primeira República:** de Moniz Freire a Jerônimo Monteiro (1892-1912). Vitória: Flor&Cultura, 2006.

SUETH, José Cândido Rifan. **Moniz Freire e a construção de uma identidade política capixaba (1882- 1908): e**ntre sonhos e mágoas, o brilho da estrela "intrometida". 2016. 300f. Tese (Doutorado em História) –Programa de Pós-graduação em História Social das Relações Políticas, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2016.

VASCONCELLOS, João Gualberto; PANDOLFI, Ricardo. Elites e gestão do desenvolvimento: uma reflexão sobre o caso do Espírito Santo. *In*: VASCONCELLOS, João Gualberto (org.). **Memórias do desenvolvimento.** Vitória: Multiplicidade, 2004.

VILASCHI, Arlindo; FELIPE, Ednilson Silva; OLIVEIRA, Ueber José de. Visões compartilhadas e coalizão de possibilidades: a antessala do processo de industrialização. *In:* VILASCHI, Arlindo (org.). **Elementos da economia capixaba e trajetórias de seu desenvolvimento.** Vitória: Flor&cultura, 2011a.

VILASCHI, Arlindo; FELIPE, Ednilson Silva; OLIVEIRA, Ueber José de. Ampliação e aprofundamento do segundo ciclo da economia e recuperação da legitimidade do Governo Estadual. *In:* VILASCHI, Arlindo (org.). **Elementos da economia capixaba e trajetórias de seu desenvolvimento.** Vitória: Flor&cultura, 2011b.